

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Fluminense

Class.: Calha Norte

Data: 31.03.90

Pg.: 127

VERA DE VIVES

1990
A REVISÃO DETERMINADA pelo Governo federal ao Projeto Calha Norte é tentativa de equilibrar ocupação de fronteiras, atividade extrativista — a mineração, especialmente — e respeito ao ambiente. Inspirada em preceitos preservacionistas, defendidos por cientistas nacionais e totalmente endossados pelo secretário nacional de meio ambiente, Sr. José Lutzemberg, está entretanto na dependência de um zoneamento da região amazônica que jamais poderá ser concluído em menos de 10 meses, e assim mesmo se nisso se empenharem as entidades convocadas para a tarefa — Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, Museu Goeldi e Instituto de Pesquisas Espaciais, o Inpe. Seria o caso de se perguntar o que fazer, enquanto isso, mas entende-se que o compasso de espera se impõe, para permitir que se trabalhe com dados reais.

A revisão é para arrumar a Amazônia, e isso é necessário. Mas não deixa de ser, também,

Calha

uma satisfação dada às críticas estrangeiras, que pretendem imobilizar a região para garantir a atmosfera, que, entretanto, o I Mundo continua poluindo de mil e uma maneiras. Com o zoneamento, poder-se-á definir quais os territórios indígenas ainda não demarcados, qual o tamanho da devastação já praticada, quais as áreas onde equilibrar atividade econômica e floresta. Esperamos também que se reavaliem as conseqüências da transferência dos garimpeiros da reserva ianomami para outras áreas de floresta, medida que, no final do Governo Sarney, equivaleu a apenas tirar o sofá da sala.

Mais que tudo, esperamos seja verificado se não há realmente necessidade de postos de vigilância armada nas fronteiras, o que era propósito principal do Projeto Calha Norte. Os milhares de quilômetros de selva que separam o Brasil da Venezuela, Colômbia e Bolívia ainda estão maldefinidos. E, pior, a falta de vigilância tem permitido

a entrada livre de tóxicos, fazendo de nosso País uma rota ideal para os traficantes. E mais: evasão de ouro e minérios por ali se faz também e só o Exército Nacional pode impedir que continue a fazer-se.

Dinamitar as pistas de pouso no meio da selva para que não tragam mais garimpeiros é medida de impacto — um estouro. Mas pouco valerá, se a fiscalização não impedir a abertura de pistas novas. Delas não só garimpeiros se serviam, ouro e minérios também saíam, teco-tecos estrangeiros iam e vinham para comprar e contrabandear. Deter a devastação, obter afinal, dados concretos sobre a Amazônia, interessa ao País, como interessa ao mundo inteiro. Desguarnecer fronteiras é que não nos será útil, porque será proveitoso para muita gente: geógrafos me contaram que o aluvião de ouro, nos rios da região, é riquíssimo e há anos vem sendo explorado por quem não tem qualquer compromisso com o País.